

GIULIANA KAUARK – Gestora cultural

Graduada em Produção Cultural pela Faculdade de Comunicação da UFBA, Giuliana Kauark é mestre em cultura e sociedade (UFBA) e atualmente cursa o doutorado. É Diretora de espaços culturais da Secretaria de Cultura e realiza pesquisa sobre políticas culturais, com enfoque na questão da diversidade cultural. É membro do *Fórum Mundial U40*, rede formada por jovens profissionais de cultura responsáveis por difundir a convenção da UNESCO sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

1. Quem é Giuliana Kauark?

Sou formada em comunicação com habilitação em produção cultural (UFBA), fiz especialização em gestão cultural (Itaú Cultural/Universidade de Girona), cursei o mestrado e iniciei o doutorado, ambos no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA). Trabalhei na produção e coordenação de alguns projetos culturais, com destaque para o *Mercado Cultural*, realizei pesquisa sobre patrimônio imaterial e fui tutora durante dois anos do curso de especialização EAD em gestão cultural do SENAC Bahia. Mas a maior parte da minha atuação, até o momento, tem sido a gestão pública de cultura e a pesquisa sobre políticas culturais. Em 2007, tive a oportunidade de compor a equipe da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), na gestão de Gica (Gisele Nussbaumer), e iniciar minha experiência numa instituição pública de cultura. Na Fundação, fui assessora de projetos do gabinete, coordenadora de editais e diretora de espaços culturais. Nesta última função, assumida em 2010, me encontro até hoje, só que agora na Secretaria de Cultura (após reforma administrativa a gestão dos espaços culturais passou para a SECULT). Em paralelo ao trabalho na Secretaria, desenvolvo pesquisa também sobre políticas culturais, com enfoque maior na discussão sobre diversidade cultural. No mestrado pesquisei a participação do Ministério da Cultura no Brasil durante a negociação da convenção da UNESCO sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Devido a esta pesquisa, ingressei no Fórum Mundial U40, uma rede de jovens profissionais de cultura que difundem a referida convenção. Nesta perspectiva tenho realizado em parceria com os professores José Márcio Barros e Paulo Miguez o *Seminário Políticas para Diversidade Cultural*, já com duas edições. Sobre o tema tenho alguns textos e artigos publicados, além de um livro organizado junto com o professor José Márcio Barros, publicado pelo Itaú Cultural e a editora PUC Minas.

2. O que você entende como cultura?

Talvez por estudar e trabalhar com cultura, eu a vejo em quase tudo, conforme seu conceito antropológico. Se pensarmos o exemplo mais elementar possível, como nossa casa, é possível perceber na arquitetura ou na decoração e até no que se cozinha e nos hábitos de limpeza, aspectos da cultura local. Ou, mais simples ainda, se olharmos para nós mesmos, a nossa visão de mundo, nossa forma de se relacionar, nossa língua e jeito de falar, é impossível não pensar que transpiramos cultura o tempo todo. Este universo simbólico que nos rodeia, criado por nós mesmos, no entanto, é também lócus de injustiças, conflitos e contradições. Aprendi a olhar o positivo e o negativo da cultura. Apesar dessa visão macro, acho importante demarcar

www.producaoculturalba.net/

a cultura enquanto campo de atuação profissional e ativo econômico. Nesta perspectiva mais pragmática, entendo como cultura as expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural. Estas expressões se traduzem em atividades, bens, serviços e manifestações culturais, e são objeto de produção, gestão e desenvolvimento de políticas públicas.

3. Como avalia as políticas culturais na Bahia nos últimos anos?

Eu sinceramente acho que vivenciamos em 2007, com a Secretaria de Cultura da Bahia, algo semelhante ao que vivemos em 2003 com o Ministério da Cultura, ressaltando as devidas proporções. Foi um momento de reconstrução das políticas culturais depois de anos de uma atuação morna e enviesada do estado. No entanto, este não é um processo rápido e passa por embates internos de adequação do novo pensamento da gestão à máquina pública, e vice-versa. Alguns resultados bem significativos já são vistos. O primeiro, a meu ver, foi o empoderamento pelos agentes culturais do interior do estado da política que se delineava. Retroceder nisso será muito difícil, pois a comunidade cultural está cada vez mais imbuída de que a Secretaria serve também ao interior e não somente a Salvador. Outro aspecto a destacar, mesmo ainda tendo algumas críticas, é a organização do financiamento público. Somou-se à lei de incentivo uma variedade de editais, chamadas públicas e premiações, além da criação de instrumentos como o microcrédito e o credenciamento. Por fim, ações estratégicas em torno da institucionalização da cultura devem ser igualmente ressaltadas, tais como, a adesão ao Sistema Nacional de Cultura, a realização das Conferências, a elaboração do Plano Estadual de Cultura, a recomposição do Conselho Estadual de Cultura, a criação dos diversos Colegiados Setoriais, a articulação da Associação de Dirigentes Municipais de Cultura e a aprovação da Lei Orgânica da Cultura.

4. O que você pensa sobre os editais e leis de incentivo como mecanismos de incentivo à cultura?

Eu concordo e defendo o financiamento público para cultura no Brasil. Acho válidas outras políticas que reforçam mais o mercado do que o estado, mas, pensando no nosso país (poderia falar do nosso estado), a condição para que a nossa produção cultural cresça e se fortaleça depende ainda de medidas regulatórias e de apoio financeiro. As leis de incentivo e os editais são a concretização disso. No entanto, ambos estão submersos em problemas de ordem contextual, conceitual, operacional, financeira, etc. Começando pelo nosso contexto, temos uma história muito recente da política cultural e experiências reduzidas de financiamento público. As leis de incentivo no Brasil mudaram pouco desde sua criação e o modelo federal é replicado em leis estaduais e municipais sem novidades, modificando apenas os impostos deduzidos. Temos políticas culturais municipais ainda frágeis, o que onera, financeira e operacionalmente, as políticas desenvolvidas nos níveis estadual e federal. Considerando que os percentuais do orçamento público repassados para a cultura são abaixo do mínimo recomendado, a equação torna impossível atender à diversidade de agentes e projetos culturais. Além disso, temos uma concentração muito grande não só das empresas, mas da

www.producaoculturalba.net/

profissionalização do campo e da *expertise* em captar recursos no sudeste brasileiro. Passando para as questões conceituais, com algumas exceções, os mecanismos de incentivo privilegiam o eventual ao processual, periódico, permanente. Esta é uma lógica insustentável. Planejamento em longo prazo, formação de público, profissionalização de grupos, manutenção e dinamização de espaços, entre outros exemplos, não se encaixam na lógica eventual. Mudar isso, porém, é um desafio, devido a problemas operacionais e financeiros. Em geral, os gestores dos programas de financiamento têm a tarefa inglória de *trocar o pneu com o carro andando*, ou seja, revisar sua legislação e instrumentos ao mesmo tempo em que lançam novas chamadas, administram processos, negociam liberação orçamentária, analisam projetos realizados e por aí vai. O acúmulo de processos, o não atendimento a determinados setores, o atraso no pagamento e o teto financeiro insuficiente (seja do volume de dedução fiscal ou do montante destinado a fundo perdido) não são privilégios baianos. Mudando um pouco o foco, sinto falta de uma produção acadêmica mais atenta e propositiva sobre este tema, que desenvolvesse pesquisas relativas a mecanismos de financiamento público em outros países ou mesmo em outras áreas e sua adaptabilidade ao campo cultural brasileiro. Falando agora da nossa situação na Bahia, é preciso reivindicar que em Salvador seja desenvolvida uma política cultural, bem como mecanismos de financiamento condizentes com a produção artística e cultural desta cidade. Voltando à Secretaria de Cultura do estado, como ponto positivo, destaco alguns programas do próprio Fundo de Cultura que se diferenciam do padrão dos editais, são eles: mobilidade artística, apoio a instituições culturais privadas sem fins lucrativos e projetos calendarizados. O primeiro garante um pequeno, porém importante apoio com viagens, prescindindo do balcão. Já o segundo inverte o foco do financiamento do produto cultural para a manutenção do equipamento que o suporta. O terceiro e último traz, pela primeira vez, uma garantia a longo prazo de financiamento de projetos, possibilitando um melhor planejamento e uma melhor execução, além de firmar um calendário de relevantes iniciativas culturais na Bahia perante os demais estados. Aquilo que avançamos pouco foi na revisão da lei do Fundo de Cultura, especialmente no que se refere à criação de instrumentos específicos de apoio às culturas populares, indígenas e demais agrupamentos identitários, e no atendimento à política de territorialização de maneira mais real e potente, havendo ainda uma grande concentração do financiamento na capital.

5. Como é a experiência de administrar os espaços culturais da Secretaria de Cultura do Estado/SecultBA?

Tem sido um grande desafio e um enorme aprendizado. A quantidade de espaços a administrar é grande, são ao todo 17 unidades, e não temos sequer 17 funcionários na diretoria propriamente. Pela especificidade desta Diretoria, temos que aprender a lidar diariamente com a chamada *área meio* do órgão e dominar, ainda que superficialmente, desde a legislação trabalhista e do funcionalismo público, os diversos mecanismos de compra e contratação de serviço no estado, às questões técnicas relativas à infraestrutura, para dialogar a contento com os setores competentes. O trabalho torna-se ainda mais provocador, pelo histórico de demandas e carências. Tivemos uma ação inédita do governo do estado em construir os vários www.producaoculturalba.net/

equipamentos nas décadas de 1980 e 1990, no entanto, não houve uma ação igualmente efetiva na gestão deles ao longo desses anos. A Diretoria teve um intenso trabalho de definir novas diretrizes e metas para requalificar esses espaços culturais no sentido deles terem uma importante função na política pública do estado. Para ilustrar trago dois percentuais que acredito relevantes. Ampliamos o orçamento destinado aos espaços em 325% em cinco anos (R\$ 860 mil em 2007 para R\$ 3,6 milhões em 2012) e priorizamos o uso dos espaços para a área cultural, passando de um percentual de 59% do total de eventos culturais em 2007 (o que representou mais de 500 atividades), para uma presença de 92% de eventos com finalidade cultural em 2012 (num total de quase 1.800 atividades específicas da nossa área). A DEC é ainda muito nova e espero que ela continue ativa nas próximas gestões para dar conta da infinidade de ações que ainda precisam ser realizadas. Melhoria salarial dos coordenadores e assistentes, qualificação das equipes, capacidade técnica de receber produções artísticas mais complexas, garantia de acesso a pessoas com deficiências, manutenção predial periódica, informatização do sistema de pauta e bilheteria, ampliação do recurso voltado à programação, articulação em rede com outros equipamentos culturais da própria Secretaria e com outros espaços públicos e privados, contribuição na elaboração de políticas culturais para este setor, são alguns exemplos do trabalho ainda inconcluso e que nos mobiliza na atual gestão, mas que já sabemos que não daremos conta de resolver completamente.

6. Como está estruturada a Diretoria de Espaços Culturais (DEC) da SecultBA? Quais suas principais ações?

Atualmente a Diretoria de Espaços Culturais (DEC) está organizada em três coordenações: administrativa, programação e gestão. Esta estruturação tenta refletir o trabalho realizado na ponta, pelos gestores dos espaços culturais. À coordenação administrativa cabe um acompanhamento administrativo dos espaços no que se refere à gestão de pessoas, manutenção dos imóveis e dos equipamentos, pagamento de contas e aquisição de materiais. Seu objetivo principal é requalificar e modernizar os espaços, tornando-os acessíveis a todos, além de garantir seu funcionamento através da contratação e capacitação das equipes. Responsável pela dinamização, diversificação e também qualificação da grade de programação dos espaços culturais da SECULT, a coordenação de programação tem as seguintes atribuições: desenvolvimento de programas comuns aos espaços culturais, apoio na produção de projetos específicos dos centros e articulação de parcerias internas e externas para o desenvolvimento de ações. Enquanto equipamentos culturais públicos eles não podem ser simplesmente “pauteiros”, apenas administrarem sua pauta, mas devem ter uma função social, que passa necessariamente pela programação planejada e oferecida pelos próprios espaços. Organizamos as ações desta coordenação em três linhas: formação, dinamização e territorialização. Deles destacamos a Qualificação em Artes no interior do estado, as parcerias com os editais de difusão da FUNCEB (Quarta que Dança, Verão Cênico, Portas Abertas, entre outros) e o Circuito Popular de Cinema e Vídeo. Finalmente, a coordenação de gestão, última a ser criada, tem a tarefa de aprimorar a gestão cultural desses espaços e de consolidar o trabalho em rede que os reúne. As diretrizes que norteiam o trabalho desta coordenação estão www.producaoculturalba.net/

compiladas na Instrução Normativa e no Regulamento de Uso e Funcionamento dos Espaços Culturais da SECULT, documentos marcos desta gestão, publicados este ano no Diário Oficial do Estado e disponíveis nos sites da SECULT e da DEC. As principais ações deste setor têm sido a revisão, simplificação e gerenciamento do sistema de gestão de pautas, com acompanhamento constante junto aos coordenadores, a gestão do edital de Dinamização de Espaços Culturais (Fundo de Cultura), o desenvolvimento de importantes ferramentas de gestão e comunicação da Diretoria (como o site e o manual de gestão), além da realização da conferência setorial de espaços.

7. Qual o orçamento da SecultBA destinado à manutenção e programação dos espaços culturais?

Na gestão pública é sempre bom você perguntar qual orçamento destinado, mas também qual a execução. O orçamento público é definido primeiramente pela Secretaria de Planejamento, com base no PPA (Plano Plurianual) e redistribuído entre os órgãos e os setores pelo gestor da pasta. No entanto, a execução orçamentária reflete o trabalho de cada unidade ao longo do ano. Remanejamentos internos, captações de recurso e arrecadação (se for o caso) podem aumentar o orçamento executado. Contingenciamentos podem segurar ou limitar a execução orçamentária. Nos dois últimos anos (2012 e 2013) o orçamento inicial da Diretoria de Espaços Culturais foi, em média, de R\$ 2,2 milhões para investimento (o pagamento de despesas como água, luz, telefone e pessoal não entra neste valor). Em 2012 executamos mais de R\$ 3,6 milhões. A diferença de cerca de R\$ 1,4 milhão veio de remanejamento interno e de captação externa junto ao Ministério de Cultura (MINC). Este ano ainda não podemos passar o valor executado, mas também será maior que o orçamento inicial, pois continuamos o convênio com o MINC. Do montante de 2012, praticamente 80% foi destinado a ações de manutenção (quase R\$ 2,9 milhões) e os outros 20% para programação (R\$ 750 mil). Temos ciência da necessidade de ampliar o recurso para programação, no entanto, o estado de conservação dos espaços é ainda tão precário que fica impossível não investir prioritariamente em ações desta natureza.

8. Como avalia os espaços culturais em Salvador e em outras cidades da Bahia? Quais as principais carências?

Visitando os espaços culturais de Salvador ou do interior, vemos que as carências se repetem: manutenção das estruturas; modernização dos equipamentos; ampliação e qualificação das equipes; regulação do funcionamento; arrecadação e gestão financeira; captação de recursos; articulação de parcerias; dinamização e diversificação da grade de programação; comunicação; pesquisa, formação e fidelização de público. Considero essas as dez principais demandas. Devemos somar a elas uma carência que se relaciona com todas as outras, que é a qualificação da gestão. Claro que o gestor sozinho não resolve todos os problemas, mas é inegável que um gestor atento, articulado e atuante consegue realizar mudanças significativas num espaço cultural. Torna-se, portanto, fundamental a formação de gestores para atuar nesta área, principalmente no interior do estado. Outra lacuna que percebo é a ausência de políticas www.producaoculturalba.net/

públicas específicas para o setor. Assim como os museus e as bibliotecas têm planos e sistemas específicos, sinto que para os espaços culturais também seria importante passar por este processo de institucionalização. E é isso que pretendemos iniciar com a conferência setorial de espaços culturais.

9. Como as políticas de territorialização da SecultBA dialogam com/refletem nos espaços culturais?

Aqui darei a minha visão que, porventura, pode ser diferente de outros gestores da Secretaria. Eu vejo na base da política de territorialização da cultura na Bahia o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural do nosso estado. É você ter várias vozes respondendo o que é cultura na/da Bahia. Isto é diferente de interiorização da política da Secretaria, que é tornar o órgão mais atuante nos demais municípios que compõem o estado. Nesse sentido, ter (ou construir) um equipamento cultural da Secretaria numa determinada cidade reforça a interiorização, mas não a territorialização. O reconhecimento e a valorização da cultura de cada Território por um espaço cultural perpassam por sua programação. Antes de detalhar as ações, faço um parêntese para trazer a dimensão de território que trabalhamos na Diretoria. Nós administramos 17 espaços culturais em 12 Territórios de Identidade. Temos um centro de cultura em cada território (total 11), com exceção da Região Metropolitana de Salvador onde temos seis espaços em duas cidades, Lauro de Freitas (1) e Salvador (5). Devido a esta especificidade da RMS, onde nos localizamos em diversos e distantes bairros, sendo a maioria deles não centrais e com uma dinâmica muito própria de sociabilidade e da cultura local, nós mudamos um pouco a escala e percebemos que cada espaço cultural de Salvador responde também a um território específico. Com esta perspectiva de trabalho, a coordenação de programação da DEC definiu um programa de territorialização, no qual reunimos diferentes ações de caráter eventual e permanente realizadas pelos espaços. Temos tanto a realização de encontros e festivais que trazem grupos artísticos e manifestações culturais de outras cidades da região para se apresentarem no centro de cultura; a promoção de atividades que reforçam e dão visibilidade à atual produção cultural daquele bairro ou cidade; bem como uma atuação que rememora importantes momentos da cultura daquela localidade.

10. Em 2012, a SecultBA criou o edital “Dinamização de Espaços Culturais”. Qual seu objetivo? Houve muitos projetos inscritos? O que se espera como possíveis resultados desse investimento?

Acredito que desde a criação da Diretoria já se imaginava como um de seus papéis o diálogo com outros espaços culturais do estado. Porém, pelo excesso de problemas que enfrentamos internamente, com uma equipe diminuta e um orçamento enxuto, atingir esta meta sempre foi difícil. Nesta linha, em 2010 fizemos um cadastramento de espaços e percebemos que a maioria dos espaços em funcionamento no interior que minimamente teriam condições de receber apresentações artísticas eram públicos. Suas principais carências eram manutenção (apesar das prefeituras serem as mantenedoras), direcionamento da gestão e incentivo a uma programação cultural, pois a maioria das atividades realizadas não era desta natureza.

www.producaoculturalba.net/

Considerando que o Fundo de Cultura já possuía um programa de apoio a instituições, que espaços culturais privados sem fins lucrativos poderiam se candidatar, propusemos um edital que tivesse como foco o apoio a uma programação cultural contínua e periódica. Entendemos que para um equipamento levar a adjetivação *cultural*, muito mais do que uma estrutura super apropriada, o que ele precisa de fato é uma programação cultural que o mantenha ativo. Ao elaborarmos o edital tivemos o cuidado de formulá-lo de uma maneira que possibilitasse que qualquer espaço, fosse ele público ou privado, pudesse participar. Nosso objetivo, portanto, era possibilitar aos espaços já existentes a realização de programas e projetos culturais de maneira regular, ao longo de, pelo menos, seis meses. O primeiro ano do edital foi ao mesmo tempo animador e frustrante. Animador porque, em sua primeira edição ele teve 72 propostas apresentadas. Frustrante porque a grande maioria dos projetos foi desclassificada na primeira fase de análise por problemas na documentação, seguindo apenas 17 propostas para a fase de seleção. Tivemos diferentes espaços sendo apoiados - centros de cultura, galerias, pontos de cultura e espaços alternativos -, tanto de Salvador como do interior, inclusive de territórios que não possuímos espaço da Secretaria. Para sua nova edição simplificamos as exigências de documentação e tentaremos ampliar a sua divulgação. Já tivemos o *feedback* de que o investimento é pouco para seis meses, tendo em vista que o teto por projeto é de R\$ 100 mil. Porém, é com este valor que conseguimos garantir um número mínimo de 15 espaços contemplados, além de possibilitar a participação de proponente pessoa física. Portanto, ainda não iremos alterá-lo.

11. O que pensa da gratuidade do acesso a bens e produtos culturais?

Por detrás de toda obra artística ou intelectual há um potencial comercial. Com base nisso, inclusive, se construiu toda uma normativa de garantia de direitos patrimoniais aos autores das obras. Ao mesmo tempo, cada ser humano deve ter garantido como direito a participação na vida cultural. Ou seja, a gratuidade do acesso aos bens e produtos culturais é um dilema. Eu sinceramente vejo a gratuidade como ferramenta de uma política de promoção do acesso à cultura. O problema é que não temos ainda de maneira clara esta política delineada e o que vemos é a gratuidade sendo utilizada aleatoriamente, sem uma reflexão mais aprofundada de sua função perante todo o processo de desenvolvimento da cultura de uma localidade. Se pensarmos na formação de plateia, por exemplo, a gratuidade tem uma importante função, não só de formação cidadã, mas de um público consumidor de outros produtos culturais. Se pensarmos num público economicamente desfavorecido, a gratuidade será fundamental para sua aproximação ao mundo da cultura. Enfim, concordo que é essencial construirmos na Bahia um mercado cultural que comece a se autossustentar, que *de graça não tem graça*, mas também acredito que a gratuidade sempre deve ser um fator de inclusão e de ampliação do acesso à cultura, quando for necessário.

12. Como percebe a questão da profissionalização na área cultural na Bahia?

Posso estar equivocada, mas vejo a profissionalização da cultura baseada num tripé: Formação – Organização – Mercado. E, por considerá-la desta forma, não acredito que toda

www.producaoculturalba.net/

produção cultural deva ser profissionalizada, pois, para diversas manifestações, nem a formação, nem o mercado devem ser condição de existência. É inegável que a Bahia teve um pioneirismo na formação artística e cultural universitária. Até hoje ainda verificamos esta atenção por parte das universidades, sejam federais ou estaduais, de oferecer cursos voltados para a área. No entanto, a quantidade de cursos é ainda reduzida, e a formação desses profissionais, no interior, mas também em Salvador, é realizada na prática mesmo, com alguns cursos eventuais de qualificação. Neste ponto a Secretaria tem atuado de maneira mais presente, com a criação do Centro de Formação em Artes, com a definição de uma assessoria específica de formação que é responsável pela estruturação de uma rede e da gestão de um edital, ambos voltados para formação em cultura. Apesar deste cenário favorável, temos um desfalque histórico e também atual na formação técnica. A principal mudança, acredito, está iniciando agora, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, dos ministérios da cultura e da educação. Voltando à profissionalização, somente com a formação não a garantimos. É este, a meu ver, é um dos principais problemas que enfrentamos na Bahia. O setor cultural tem uma baixíssima organização e um mercado ainda incipiente, apesar de termos décadas de formação e de produção artística e cultural. Claro que temos exceções, o circuito exibidor de cinema em Salvador (desconsiderando aqui as grandes redes como Cinemark) é um deles. Aparentemente há uma boa organização e um mercado que, aos poucos, vem se consolidando e se mantendo independente do financiamento público. No entanto, em outros setores a impressão que dá é que ainda não temos uma visão sistêmica, da cadeia produtiva e suas conexões.

13. O que você entende por diversidade cultural?

É a existência, ou melhor, a coexistência de diferentes culturas no mundo. É a possibilidade de diálogo entre as culturas, com devido respeito. É a garantia dos direitos culturais e a consciência da importância de diversos valores, identidades e significados para o desenvolvimento humano. Incomoda-me o senso comum que coloca a diversidade cultural como sinônimo das culturas populares ou identitárias. Pois, falar de diversidade cultural é falar também de mercado, de indústrias criativas e de acesso. Aliás, para a convenção da UNESCO sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, é falar principalmente desses aspectos, reafirmando o vínculo entre cultura e desenvolvimento e reconhecendo a natureza específica dos bens e serviços culturais.

14. Qual a importância do destaque que essa expressão passou a ter nos últimos anos?

Na primeira década do século 21, a diversidade cultural estava no topo das discussões sobre cultura e políticas culturais em âmbito internacional. O processo de elaboração e negociação da declaração e, em seguida, da convenção sobre esta temática, teve celeridade histórica e se tornou uma das principais referências mundiais. Mobilizou um número grande de países, seja a favor ou contra, e provocou a criação de diversas instâncias (organizações, coalizões, redes) da sociedade civil. Atualmente o debate encontra-se mais arrefecido. Os países que ratificaram a convenção apresentam relatórios sem grandes novidades em termos de proposição de

www.producaoculturalba.net/

políticas para sua proteção e promoção. A UNESCO apresentou em seu projeto de orçamento para o próximo biênio (2014-2015) uma redução de 30% da dotação para a convenção sobre a diversidade cultural. Esta redução impactará numa série de programas lançados pelo Secretariado da UNESCO para orientar e facilitar a implementação da Convenção, principalmente nos países em desenvolvimento. Poderá ter um impacto também no Fundo Internacional para a Diversidade Cultural que, apesar de seu orçamento ser composto a partir de contribuições voluntárias dos Estados Parte da convenção, a UNESCO realizou intenso trabalho de mobilização e angariação desses recursos junto aos governos. Além disso, outros temas que têm diretamente a ver com o debate em torno da convenção parecem despontar mais do que a própria expressão síntese *diversidade cultural*. São eles, os direitos culturais e a economia criativa. Isso, no entanto, não é exatamente um problema, desde que se tenha em mente a confluência desses debates e dessas políticas em torno dos objetivos e princípios norteadores da convenção.

15. As políticas públicas de cultura no Brasil estão realmente alinhadas com a Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais? E na Bahia? Quais os principais avanços em relação à diversidade cultural?

O Brasil foi um dos países que mais se destacaram no debate sobre a convenção e, antes mesmo de sua elaboração, já possuía uma secretaria específica sobre identidade e diversidade cultural (SID). Houve um grande avanço em torno das políticas voltadas às culturas identitárias, capitaneado pela SID, no entanto, apenas em 2007, após a ratificação da convenção pelo Brasil, foi que o Ministério iniciou um trabalho mais atento à dimensão econômica trazida pelo documento. Um dos marcos foi a criação da diretoria de relações internacionais, que trabalhava alinhada ao Itamaraty. Na atual gestão, destaca-se a criação da Secretaria de Economia Criativa, muito embora, os preceitos da convenção não estejam na base de sua instituição. Além disso, continua atrelado à Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC) o acompanhamento e a implementação da convenção. No relatório entregue pelo Brasil à UNESCO, com resultado do trabalho dos últimos cinco anos, e que foi elaborado pela SCDC, fica evidente que o planejamento do MINC não tem como base a convenção, haja vista estas discordâncias em sua estrutura organizacional. Ou seja, temos políticas públicas alinhadas com a convenção, até porque a pauta desta é bastante ampla, mas, este alinhamento ainda aparenta ser desordenado. Na Bahia a meu ver há ainda um desconhecimento grande por parte dos gestores sobre este documento e sobre a validade de construção de políticas públicas alinhadas a ele. Claro que temos políticas de financiamento da cultura, um trabalho em torno da institucionalização de políticas públicas para a área, um tratamento junto às culturas populares e até uma assessoria internacional na própria Secretaria, mas esta construção não necessariamente passou por uma análise da convenção e de suas propostas em torno da proteção e promoção da diversidade cultural.

16. Em que consiste a Rede U40 Brasil da qual você faz parte? Quais suas principais ações?

O Fórum Mundial U40 reúne jovens profissionais do campo da cultura, com até 40 anos, de vários países, com formações e áreas de interesse diversas, que têm o objetivo comum de contribuir para dar visibilidade à convenção da UNESCO sobre a diversidade cultural. É uma iniciativa da comissão alemã da UNESCO e configura-se como uma rede de discussão sobre temas pertinentes à implementação da convenção, que considera aspectos locais, regionais e internacionais. A Rede U40 foi reconhecida internacionalmente pelo ex-diretor geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, durante a 2ª Conferência das Partes da Convenção (2009), como uma prática inovadora de envolvimento das gerações mais jovens nos processos da política multilateral para a cultura. E, talvez, seja esta a sua principal função no contexto internacional: possibilitar que jovens de diferentes países se encontrem e contribuam no debate sobre a convenção, familiarizando-os com seus objetivos e princípios norteadores. O Fórum Mundial U40 desmembrou-se em redes regionais, como o U40 África, U40 Américas e U40 Arabesque. Para estes novos agrupamentos houve uma seleção pública para profissionais de cada uma das regiões, organizada pela comissão alemã da UNESCO, que é quem coordena este processo. O U40 Brasil é uma espécie de sub-rede dentro do U40 Américas, que reúne os seis profissionais brasileiros selecionados. Além de atuar como uma rede de conhecimento, na qual os integrantes participam de listas de discussão, grupos de trabalho e encontros, a missão do programa U40 é ampliar a visibilidade da convenção para o Estado e para a sociedade de maneira geral. Alguns resultados do Fórum Mundial U40 são a publicação do livro *Mapping Cultural Diversity* (<http://u40net.org/what-we-do/publications/>) e o site da rede (<http://u40net.org/>). Com a Rede U40 Brasil, temos como resultado a organização de uma fala durante o Rio+20 e a Cúpula dos Povos (Rio de Janeiro) sobre cultura como quarto pilar da sustentabilidade e o *Seminário Políticas para Diversidade Cultural* (Salvador), além de publicações sobre o tema.

17. Que projetos, espaços e/ou instituições você destacaria em termos de gestão cultural na Bahia?

Destacaria inicialmente o circuito de cinema sala de arte. Pela duração da ação, pelo impacto que teve e continua tendo na formação cultural de muitas pessoas que o frequentam, pela novidade que foi em termos de produção cultural em Salvador. Tem dois projetos que trazem propostas muito interessantes de gestão. O primeiro é o circuito de festivais organizado pela Rede Motiva. Eles propuseram articular e consolidar alguns festivais independentes de música em Salvador e no interior do estado através de uma incubadora que reúne e capacita os produtores culturais de diferentes cidades. Os festivais acontecem de forma articulada e têm uma estrutura próxima que inclui shows e atividades formativas. Todo o processo é colaborativo e o resultado é uma cadeia produtiva de música fortalecida e uma profissionalização dos agentes envolvidos. O circuito inclui os festivais: Lado BA (Salvador), Stereo Sul (Ilhéus), Umbuzada Sonora (Juazeiro) e Avuador (Vitória da Conquista). O segundo destaque é o programa de mediação cultural do FIAC – *Festival Internacional de Artes Cênicas* www.producaoculturalba.net/

da Bahia. É uma ação complementar com uma perspectiva de longo prazo na formação de público para as artes cênicas. A ação envolveu a capacitação de professores, visitas guiadas, sessões de espetáculos e bate-papo. Alguns espaços culturais da SECULT participaram (Solar Boa Vista, Alagados, Plataforma e Xisto Bahia), além do Teatro SESC-SENAC Pelourinho. Trazer um espaço como referência em gestão para mim é bem complicado, pois com a DEC percebemos diferentes perfis de gestores que conseguiram desenvolver, a seu modo, um trabalho de relevância na coordenação de um espaço cultural. Mas, ao mesmo tempo, sinto a necessidade de fazer um destaque ao Espaço Cultural Alagados. É uma gestão quase orgânica, entrelaçada com outras organizações sociais, mas que também carrega uma complexidade e um forte pragmatismo. As pessoas envolvidas sabem muito bem onde querem chegar e qual o propósito das suas ações para a mudança cidadã e social do lugar que vivem. Saindo um pouco da minha seara de espaços públicos, destacaria também o Vila Velha e a Casa Preta, o primeiro pela sua importância história e contínua reinvenção, e o segundo pela comunhão de grupos artísticos na gestão de um espaço cultural.

***Entrevista realizada por Marília Moura, dia 30 de setembro de 2013.**